



**COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO**  
CNPJ/MF Nº 42.266.890/0001-28

**MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL**  
**GOVERNO FEDERAL**

**RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO – 2017**

**1. A EMPRESA**

A Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ, Sociedade de Economia Mista, CNPJ nº 42.266.890/0001-28, com sede na Rua Acre nº 21, Centro, Rio de Janeiro, constituída por meio do Decreto-Lei nº 256, de 28.02.1967, tem por objeto social exercer as funções de autoridade portuária no âmbito dos portos organizados no Estado do Rio de Janeiro, sob sua administração e responsabilidade, em consonância com as políticas públicas setoriais formuladas pela Secretaria Nacional de Portos do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

É regida pela Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76 e suas alterações), no que lhe for aplicável, pelo seu Estatuto Social e pela Lei nº 12.815/2013, regulamentada pelo Decreto nº 8.033, de 28.06.2013, a qual dispõe sobre a exploração direta e indireta, pela União, de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários.

Tem como principal objetivo o desenvolvimento dos portos sob sua responsabilidade, mediante a execução de programas e projetos orientados ao constante aprimoramento da gestão e das infraestruturas portuárias, promovendo, por conseguinte, a competitividade das operações e dos custos logísticos inerentes aos bens movimentados por seu intermédio.

Satisfação do cliente, envolvimento dos colaboradores, gestão participativa e valorização dos empregados são alguns dos princípios adotados pela CDRJ no desempenho de suas atividades e no seu relacionamento com a sociedade, a fim de tornar-se referência no setor portuário.

No cumprimento de suas atribuições e obrigações estatutárias, a CDRJ planeja e executa suas ações pautada na Lei nº 12.815/2013, no Decreto nº 8.033/2013, Plano Nacional de Logística Portuária - PNLPL, no Plano Geral de Outorgas - PGO, no Plano Mestre dos Portos, nos Planos de Desenvolvimento e Zonamento - PDZ, no Programa de Dispêndios Globais - PDG, no Regulamento de Exploração dos Portos - REP e nas Tarifas Portuárias aprovadas.

**2. RESULTADOS OPERACIONAIS**

O Complexo Portuário administrado pela Companhia Docas do Rio de Janeiro e que é composto pelos portos do Rio de Janeiro, Niterói, Itaguaí e Angra dos Reis registra, no mês de maio de 2017, uma movimentação total de 59.149.294 toneladas. Curva esta, comparada ao exercício passado, apresentou um decréscimo de 8,7%.

Neste exercício, 50.710.663 toneladas corresponderam ao embarque de Longo Curso e 6.440.225 toneladas ao desembarque. Na Cabotagem foram movimentadas 1.998.406 toneladas. Considerando a Natureza da Carga, a participação no Total Movimentado foi, respectivamente, de: Carga Geral, 14,0%; Granel Sólido, 85,6% e Granel Líquido, 0,4%.

No que diz respeito à movimentação de contêiner, transilaram pelos Terminais 385.937 unidades de contêineres, equivalente a 609.318 TEUs. As principais mercadorias movimentadas foram: Na exportação; minério de ferro, carga contêinerizada, produtos siderúrgicos. Na importação; carga contêinerizada, carvão, coque da hulha, trigo, concentrado de zinco, gesso, coque de petróleo.

A Companhia Docas do Rio de Janeiro, através dos seus portos filiados, tem movimentação diversificada, opera todas as Naturezas de Carga; ou seja, Carga Geral, Granel Sólido e Granel Líquido. O Porto de Niterói e Angra dos Reis têm a modalidade de operação Offshore.

**Movimentação Geral de Carga**

	Em tonelada			Em R\$ 1.000,00		
	2016	2017	Δ %	2016	2017	Δ %
<b>MOVIMENTAÇÃO DE CARGA – NO CAIS</b>						
Rio de Janeiro	6.102.938	6.356.201	4,1	153.011	183.621	20,0
Itaguaí	58.462.012	52.727.984	-9,8	156.367	186.099	19,0
Niterói	35.803	22.123	-38,2	6.293	7.109	12,9
Angra dos Reis	188.053	42.986	-77,1	5.362	4.538	-15,4
<b>TOTAL</b>	<b>64.788.806</b>	<b>59.149.294</b>	<b>-8,7</b>	<b>321.035</b>	<b>381.369</b>	<b>18,8</b>

**Perfil por Natureza de Carga na CDRJ (Movimentação no Cais)**

Natureza da Carga	Em tonelada		
	2016	2017	Δ%
Sólidos a granel	56.630.383	50.605.857	-10,6
Líquidos a granel	328.114	249.500	-24,0
Carga Geral	7.830.309	8.293.937	5,9
<b>TOTAL</b>	<b>64.788.806</b>	<b>59.149.294</b>	<b>-8,7</b>

**Movimentação de Contêineres nos Portos da CDRJ**

Porto	2016		2017		Δ%	
	Unidade	TEU	Unidade	TEU	Unidade	TEU
Rio de Janeiro	207.137	299.833	198.850	293.150	-4,0	-2,2
Itaguaí	129.898	205.047	187.087	316.168	44,0	54,2
<b>CDRJ</b>	<b>337.035</b>	<b>504.880</b>	<b>385.937</b>	<b>609.318</b>	<b>14,5</b>	<b>20,7</b>

**3. APLICAÇÃO DE RECURSOS**

**3.1. Programa de Dispêndios Globais**

O Decreto nº 8.933/2016 aprovou o PDG (Programa de Dispêndios Globais) para o exercício de 2017. Durante o ano, foram realizadas três reprogramações, sendo a primeira por parte do Ministério dos Transportes para ajustes do Orçamento de Investimentos. As alterações estão detalhadas abaixo.

**Receitas**

Ato Legal	PDG	CORRENTES	CAPITAL	TOTAL
Decreto 8.933/2016	Dotação Inicial	410.522.335	1.500.000	412.022.335
Portaria nº 276/2017/MP	1ª Reprogramação	410.522.335	21.140.089	431.662.424
Portaria nº 433/2017/MP	2ª Reprogramação	440.043.103	21.140.089	461.183.192
Ofício nº 101469/2017/MP	3ª Reprogramação*	440.043.103	21.140.089	461.183.192

\* Reprogramação por remanejamento - não há alterações no valor global do grupo.

**Dispêndios**

Ato Legal	PDG	CORRENTES	CAPITAL	TOTAL
Decreto 8.933/2016	Dotação Inicial	389.125.271	61.769.619	450.894.890
Portaria nº 276/2017/MP	1ª Reprogramação	389.125.271	62.560.006	451.685.277
Portaria nº 433/2017/MP	2ª Reprogramação	425.662.581	74.635.104	500.297.685
Ofício nº 101469/2017/MP	3ª Reprogramação*	425.662.581	74.635.104	500.297.685

\* Reprogramação por remanejamento - não há alterações no valor global do grupo.

**3.1.1 Valores Executados no Exercício de 2017**

Os dispêndios foram corretamente aplicados quanto à apropriação orçamentária pelo regime de competência, guardando concordância com os registros contábeis, consoante o Manual Técnico de Orçamento do SEST/MP. As receitas próprias (faturadas) no período alcançaram o valor de R\$ 425,2 milhões. As despesas executadas com custeio e investimentos com recursos próprios somaram R\$ 452,3 milhões, apresentando um resultado orçamentário negativo de R\$ 27,1 milhões.

O déficit orçamentário no período é compensado com o Disponível Inicial de 2017 (Final de 2016) de R\$ 24,2 milhões. Logo, verificou-se a utilização total das reservas financeiras para cobertura das despesas efetivamente executadas, apresentando um déficit orçamentário de R\$ 2,9 milhões. Segue abaixo quadro com os respectivos valores:

Receitas Próprias Faturadas 2017 (Reg. Competência)		425.196.150
(-) Dispêndios Correntes Executados		(435.836.485)
(-) Investimentos c/ Rec. Próprios Executados		(16.449.169)
(=) Resultado Orçamentário no Período		(27.089.504)
(+) Disponível Inicial Balanço/2017 – Rec. Próprios		24.244.970
(=) Resultado Econômico-Financeiro no período		(2.844.534)

Refletem nesse prejuízo os constantes e relevantes bloqueios judiciais contra a CDRJ, principalmente oriundos de processos com Instituto Portus (R\$ 26,5 milhões, item 4.1.5 b) e os processos trabalhistas (R\$ 44,3 milhões, item 4.1.5 a), este com um aumento de 82% em relação ao ano de 2016.

**3.1.2 Recursos Totais (Próprios e Tesouro)**

Os recursos disponíveis somaram o valor de R\$ 483,2 milhões, sendo R\$ 425,2 milhões em Receitas Correntes, R\$ 33,8 milhões de Recursos do Tesouro vinculados a Investimentos apurados como Saldo Financeiro de 2016 e Disponível Inicial do Balanço de R\$ 24,2 milhões (Recursos Próprios).

**3.1.3 Receitas Correntes**

As Receitas Correntes - Operacional, Não-Operacional e Recuperação de Vencimentos - somaram R\$ 425,2 milhões, apresentando um faturamento anual de 97% do total previsto para o exercício de R\$ 440,0 milhões.

Quanto ao faturamento, os Portos do Rio de Janeiro e Itaguaí obtiveram um aumento de 19,2% e 20,5 %, respectivamente, em relação ao ano de 2016. Nos Portos de Niterói e Angra dos Reis, a variação foi de 12,7% e -16,7%, respectivamente, em comparação a 2016, mas com baixo impacto na receita total.

Quanto à movimentação de cargas, o Porto do Rio de Janeiro encerrou o exercício com uma movimentação de 6,4 milhões de toneladas, 4,7% abaixo da média observada nos últimos três anos (2014-2016) de 6,6 milhões de toneladas, porém 4,2% acima da movimentação de 2016.

O Porto de Itaguaí encerrou o exercício com uma movimentação de 52,7 milhões de toneladas, 11,8% abaixo da média observada nos últimos três anos (2014-2016) de 59,8 milhões de toneladas e 9,8% abaixo em relação a 2016.

**3.1.4 Receitas de Capital**

O crédito do Tesouro Nacional para Aumento do Patrimônio Líquido aprovados na LOA/2017 foi de R\$ 21,9 milhões, correspondendo às ações do Orçamento de Investimentos, com repasse financeiro efetivo para aumento de capital de R\$ 9,0 milhões.

**3.1.5 Dispêndios Correntes**

A execução dos Dispêndios Correntes alcançou R\$ 435,8 milhões, representando 102,4% da dotação aprovada para esse grupo de R\$ 425,7 milhões. Na composição dos gastos, as despesas com maior relevância foram no grupo de Pessoal com 62% do total realizado.

No Grupo Encargos Diversos foram executados R\$ 134,5 milhões, destacando-se as despesas com "Divida/Bloqueio Judicial Trabalhista", "Divida/Bloqueio Judicial c/ Instituto Portus" e "Tributos Vinculados à Receita" que tiveram execuções acima da dotação aprovada, conforme segue abaixo:

(a) Divida/Bloqueio Judicial Trabalhista – Dotação aprovada de R\$ 25,0 milhões, com uma execução de R\$ 44,3 milhões – extrapolação devido à execução de condenações trabalhistas, bloqueios em conta-corrente e bloqueios diretos nos arrendatários em favor dos processos vinculados, principalmente, na 41ª Vara Trabalhista do Rio de Janeiro. Aumento de 82% em relação a 2016, ocasionado pelos bloqueios diretos nos arrendatários os quais cresceram 2.250,6%. A CDRJ depende das informações dos arrendatários referentes aos bloqueios efetuados nas faturas, o que causa dificuldade nas tomadas de decisões e nos ajustes do orçamento.

(b) Divida/Bloqueio Judicial c/ Instituto Portus – Dotação aprovada de R\$ 25,0 milhões, com uma execução de R\$ 26,5 milhões. Bloqueios efetuados diretos nos arrendatários. A CDRJ depende das informações prestadas pelos arrendatários referentes aos bloqueios efetuados nas faturas, o que causa dificuldade nas tomadas de decisões e nos ajustes do orçamento.

(c) Tributos Vinculados à Receita – corresponde ao PIS, COFINS e ISS s/ Faturamento. Dotação aprovada de R\$ 36,1 milhões, com uma execução de R\$ 36,8 milhões. Extrapolação de 1,9%.

(d) Multas e Encargos – Dotação aprovada de R\$ 300,0 mil, com uma execução de R\$ 3,5 milhões. Adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) após a reprogramação do PDG, justificando a extrapolação devido ao registro de multas e encargos desse financiamento.

**Quadro - Execução por Grupo / Dispêndios Correntes**

Grupos do PDG – Dispêndios c/ Recursos Próprios	Aprovado		Execução		%
	(a)	(b)	(b/a)	(b/a)	
<b>Dispêndios Correntes</b>	<b>425.662.582</b>	<b>435.836.485</b>	<b>102,4</b>		
Pessoal e Encargos Sociais	276.095.541	269.041.161	97,4		
Material de Consumo	2.981.418	1.195.492	40,1		
Serviços de Terceiros	34.756.789	31.141.449	89,6		
Encargos Diversos	111.828.834	134.458.382	120,2		
<b>Dispêndios de Capital</b>	<b>28.664.807</b>	<b>17.613.976</b>	<b>61,4</b>		
Investimentos c/ Recursos Próprios	27.500.000	16.449.169	59,8		
Outros Dispêndios de Capital	1.164.807	1.164.807	100,0		
<b>Total (a)</b>	<b>454.327.389</b>	<b>452.285.654</b>	<b>99,5</b>		

**3.2 - Orçamento de Investimentos 2017**

A Lei Orçamentária Anual nº 13.414/2017 aprovou o Orçamento de Investimentos de R\$ 61,8 milhões que, após ajustes orçamentários, passou para R\$ 73,5 milhões.

A execução do Orçamento de Investimento totalizou R\$ 26.957.452 ou 36,7 % do total da dotação aprovada (ajustada), conforme observado no quadro a seguir.

**Orçamento de Investimento 2017**

FONTE DE FINANCIAMENTO	LOA/2017	Ajustes	Lei+Créditos	Disponível	Compromissado	Realizado
<b>2017</b>	<b>61.769.619</b>	<b>11.700.679</b>	<b>73.470.298</b>	<b>61.330.208</b>	<b>44.031.288</b>	<b>26.957.452</b>
<b>Recursos Próprios</b>	<b>3.000.000</b>	<b>24.500.000</b>	<b>27.500.000</b>	<b>27.500.000</b>	<b>17.800.223</b>	<b>16.449.169</b>
Geração Própria	3.000.000	24.500.000	27.500.000	27.500.000	17.800.223	16.449.169
<b>Recursos Tesouro</b>	<b>58.769.619</b>	<b>-12.799.321</b>	<b>45.970.298</b>	<b>33.830.208</b>	<b>26.231.065</b>	<b>10.508.283</b>
Recursos Tesouro Direto	1.500.000	0	1.500.000	0	0	0
Saldo Financeiro	57.269.619	-32.439.410	24.830.209	24.830.208	17.231.065	10.508.283
Restos a Pagar	0	19.640.089	19.640.089	9.000.000	9.000.000	0
<b>Total geral</b>	<b>61.769.619</b>	<b>11.700.679</b>	<b>73.470.298</b>	<b>61.330.208</b>	<b>44.031.288</b>	<b>26.957.452</b>

O Orçamento de Investimento da CDRJ é subdividido, sob a ótica do PPA 2016-2019, em dois programas de governo, quais sejam: Programa 2086 - Transporte Aquaviário e Programa 0807- Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais.

**3.2.1 - Programa 2086-Transporte Aquaviário**

O programa 2086 - Transporte Aquaviário conta com treze ações no Orçamento de Investimento da CDRJ dispendo de R\$ 70.970.298 ou 97% do total da dotação aprovada. O desempenho em 2017 alcançou uma execução de R\$ 26.947.784 ou 38,0% do total da dotação aprovada no Orçamento de Investimentos de 2017 da CDRJ. Os motivos podem ser mais bem compreendidos se observados sob a perspectiva das ações integrantes do programa alocado, de acordo com a relevância dos projetos de investimento, em dois grupos: Grupo PAC e Grupo Demais.

**3.2.1.2 - Programa 2086-Transporte Aquaviário: Grupo PAC**

As seis ações integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC dispõem de R\$ 22.135.184 ou 30,1% do total da dotação aprovada no Orçamento de Investimento da CDRJ. A execução de R\$ 6.977.466 observada para as ações do Grupo PAC em 2017, representou 31,5% da dotação aprovada para o Grupo.

A ação 12LG-Reforço Estrutural do Cais da Gamboa no Porto do Rio de Janeiro (RJ) encerrou 2017 com um projeto em andamento, prevenindo um investimento de R\$ 250,0 milhões no porto do Rio de Janeiro através do Reforço estrutural do cais da Gamboa no Porto do Rio de Janeiro. Após a liberação da Justiça Federal da continuidade da contratação, o processo continua em fase de procedimento licitatório através da concorrência nº 005/2011 e aguarda a aprovação de créditos orçamentários pelo Tesouro Nacional para publicação do edital e do termo de referência.

A ação 14KJ-Implantação de Sistema de Apoio à Gestão de Tráfego de Navios pretende investir cerca de R\$ 40.000.000 através da implantação do Vessel Traffic Management Information System – VTMISS. Em 2017 foram executados R\$ 6.977.466 na aquisição dos sistemas de apoio ao VTMISS, através do contrato CDRJ nº 063/2016. Em andamento o contrato CDRJ nº 076/2017 no valor de R\$ 10,3 milhões para a continuidade das implantações dos sistemas de apoio ao VTMISS.

A ação 14KL - Implantação de Sistema de Apoio ao Gerenciamento da Infraestrutura Portuária não houve execução e não há processos em andamento.

A ação 14RC-Implantação do Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos nos Portos Marítimos possui três projetos em fase interna de contratação. São eles: Construção de Área de Transbordo Temporário no Porto do Rio de Janeiro, Obras de Ligação dos Efluentes de Esgoto Sanitário na Rede Coletora da CEDAE no Porto do Rio de Janeiro e Construção do Centro de Triagem de Resíduos no Porto de Itaguaí.

14KM-Implantação de Sistema Portuário de Monitoramento de Cargas e da Cadeia Logística aguardando recursos orçamentários para a contratação dos serviços do Sistema de Cadeia logística Inteligente.

**3.2.1.3 - Programa 2086-Transporte Aquaviário: Grupo Demais**

As sete ações integrantes do Grupo Demais no programa 2086-Transporte Aquaviário somam R\$ 48.835.114 ou 66,5% do total da dotação aprovada. Os valores executados atingiram o montante de R\$ 19.970.318, representou 40,9% da dotação aprovada para o Grupo.

Segue a posição apurada ao final do exercício de 2017, discriminada para cada ação orçamentária.

A ação 144X-Adequação das Instalações de Acostagem, Movimentação e Armazenagem de Cargas no Porto do Rio de Janeiro (RJ) executou R\$ 16.112.008 referente a apropriação da despesa com o financiamento à Libria da Expansão do Terminal de Contêineres 1 no Porto do Rio de Janeiro. Há dois processos em andamento aguardando recursos orçamentários na Lei Orçamentária Anual: 1-Redução das Plataformas dos Armazéns 7 ao 13 e Pavimentação asfáltica entre os armazéns 14 e 18; 2- Melhorias na Infraestrutura Terrestre do Cais da Gamboa.

A ação 144Y-Adequação de Instalações de Circulação no Porto do Rio de Janeiro (RJ) está com três projetos em andamento aguardado recursos orçamentários: 1-Pavimentação do Cais de São Cristóvão no Porto do Rio de Janeiro; 2-Redução das Plataformas dos armazéns 7 ao 13 e Pavimentação asfáltica entre os armazéns 14 e 18 (complementar a 144X).

A ação 144Z-Adequação de Instalações de Circulação no Porto de Itaguaí (RJ), execução do contrato CDRJ nº 017/2017-Serviços de Sondagem Geológica na área do terminal 1 do Porto de Itaguaí (RJ), com a empresa D'Soares Empreendimentos e Construções EIRELI-EPP, no valor de R\$ 239.718. Há um processo em andamento referente à Recuperação das vias internas no Porto de Itaguaí.

A ação 145B –Adequação das Instalações Gerais e Suprimentos no Porto do Rio de Janeiro executou R\$ 2.811.879, referentes a Recuperação da Rede Elétrica de média tensão na área interna do Porto, Construção de rede de dutos subterrâneos para logística e telefonia e Reforma das instalações da Inspeção, no Porto do Rio de Janeiro. Em andamento os processos de Demolição do Armazém 10 e Implantação do novo portão 24, no Porto do Rio de Janeiro.

A ação 145D –Adequação de Instalações Gerais e Suprimentos no Porto de Itaguaí executou R\$ 414.713 referente a Desapropriação para expansão do Porto de Itaguaí e Implantação de cercas no loteamento Vilar dos Coqueiros no Porto de Itaguaí. Em andamento os processos de Recuperação da rede de esgoto sanitário e pluvial no Porto de Angra dos Reis e Adequação do prédio institucional no Porto de Itaguaí.

A ação 20HM- Estudos para o Planejamento do Setor Portuário está com os processos de Estudos de Viabilidade Técnica, econômica e ambiental e anteprojeto de engenharia do Terminal Ilha da Pombaba no Porto do Rio de Janeiro e de Expansão do Porto de Itaguaí, além dos serviços de atualização de projeto básico e orçamento estimado das obras de ampliação do cais do Rio de Janeiro.

A ação 7390-Implantação do Sistema de Sinalização Náutica do Porto de Itaguaí (RJ) executou R\$ 392.000 referente à aquisição de boias de sinalização náutica, contrato nº 019/2017. Em andamento uma aquisição complementar de boias de sinalização náutica no valor de R\$ 443.309.

**3.2.2 - Programa 0807-Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais**

O programa 0807- Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais integra três ações no Orçamento de Investimento da Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ dispendo de R\$ 3.000.000 ou 4,0 % do total da dotação aprovada. O volume de recursos do programa traduz sua função menos relevante no contexto geral do Orçamento de Investimento, destinando-se apenas à manutenção e adequação da infraestrutura operacional. A execução deste grupo de ações atingiu R\$ 9.668, representou 0,3% da dotação aprovada para o Grupo.

Os resultados alcançados pelas ações integrantes do programa no exercício de 2017 envolvem aquisições: de 30 aparelhos telefônicos convencionais; de purificadores de água; de 22 baterias estacionárias seladas 12v-45A; de 1 Smartphon corporativo.



COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO  
CNPJ/MF Nº 42.266.890/0001-28

MINISTÉRIO DOS  
TRANSPORTES, PORTOS  
E AVIAÇÃO CIVIL

GOVERNO  
FEDERAL

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO  
(Em milhares de Reais)

	Nota	2017	2016
<b>Operações Continuadas</b>			
<b>Receita Operacional Líquida</b>	28	345.119	287.339
Custos da operação	29	(91.875)	(97.078)
<b>Lucro Bruto</b>		<b>253.244</b>	<b>190.261</b>
<b>Resultado Operacional</b>			
Despesas gerais e administrativas	29	(255.995)	(245.218)
Depreciação		(3.894)	(6.148)
Provisões contábeis líquidas	30	(129.495)	(63.819)
Outras receitas operacionais	31	42.045	41.136
Outras despesas operacionais	32	(21.514)	(609)
		<b>(368.853)</b>	<b>(274.658)</b>
<b>Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro</b>		<b>(115.609)</b>	<b>(84.397)</b>
<b>Resultado Financeiro</b>			
Resultado financeiro líquido	33	(273.360)	(143.190)
<b>Lucro/Prejuízo do Exercício</b>		<b>(388.969)</b>	<b>(227.587)</b>
<b>Quantidade de ações</b>		1.222.461.562	1.222.461.562
<b>Lucro/Prejuízo por ação do capital social (em Reais)</b>		(0,32)	(0,19)

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA**  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO  
(Em milhares de Reais)

	2017	2016
<b>FLUXO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>Fluxo da atividade principal</b>		
Resultado do Exercício	(388.969)	(227.587)
(+) Ajuste de exercício anterior	0	34.199
(+) Depreciação e amortização	10.292	15.849
(+) Variação monetária de longo prazo	15.752	11.322
(+) Perdas estimadas com crédito liquidação duvidosa	49.227	12.858
(-) Receita de reversão de provisões	(5.880)	(4.022)
(+) Provisão para férias e 13º salário	11.799	13.474
(+) Provisão para contingências	68.456	40.986
(+) Despesas com reversão de ativo	1.956	0
(+) Outros ajustes do exercício	15.500	0
<b>Resultado Ajustado</b>	<b>(221.867)</b>	<b>(102.921)</b>
Fornecedores	(3.683)	2.572
Impostos e taxas	(66.677)	19.155
Pessoal	(4.507)	14.384
Receíveis	(113.248)	(21.325)
Cobranças contenciosas	(11.750)	(1.011)
Impostos a recuperar	(222)	(1.388)
Adiantamentos	(288)	292
Depósitos judiciais	(38.055)	(48.687)
Estoques	182	3
Outros valores a receber	6.887	650
Despesas antecipadas	(112)	320
Obrigações previdenciárias e tributárias	579.180	29.554
Outros valores a pagar	(162.246)	104.098
<b>Caixa líquido consumido nas atividades operacionais</b>	<b>(36.406)</b>	<b>(4.304)</b>
<b>FLUXO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
<b>Variação do realizável de longo prazo</b>	<b>(72)</b>	<b>(186)</b>
Recursos bloqueados RSD	(72)	(186)
<b>Variação do ativo permanente</b>	<b>3.193</b>	<b>8.656</b>
Investimento	0	0
Imobilizado	3.193	8.656
<b>Conta única do tesouro nacional - SIAFI</b>	<b>1.550</b>	<b>24.456</b>
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de investimento</b>	<b>4.671</b>	<b>32.926</b>
<b>FLUXO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
<b>Variação do passivo financeiro</b>	<b>26.653</b>	<b>(94.220)</b>
Variação de partes relacionadas	0	0
Financiamentos em moeda nacional	35.060	(84.859)
Financiamentos em moeda estrangeira	0	0
Arrendamento	(8.407)	(9.361)
<b>Variação do patrimônio líquido</b>	<b>9.000</b>	<b>0</b>
Aumento de capital com créditos da União	9.000	0
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento</b>	<b>35.653</b>	<b>(94.220)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO</b>	<b>3.918</b>	<b>(65.598)</b>
<b>Caixa e equivalente ao caixa no início do período</b>	<b>24.245</b>	<b>89.843</b>
<b>Caixa e equivalente ao caixa no fim do período</b>	<b>8.163</b>	<b>24.245</b>

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO**  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO  
(Em milhares de Reais)

	2017	2016
<b>Receitas</b>	<b>363.075</b>	<b>301.309</b>
Venda de mercadorias, produtos e serviços	86.493	71.858
Arrendamentos operacionais e aluguéis	269.996	225.548
Reversão de provisões	6.645	4.022
Ganho (perda) em alien.de ativos imobilizados	(59)	(119)
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(44.840)</b>	<b>(27.815)</b>
Materiais, água, energia e serviços de terceiros	(17.155)	(17.399)
Despesas judiciais e provisões para riscos cíveis	(3.910)	(2.761)
Outros custos	(23.775)	(7.655)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>318.235</b>	<b>273.494</b>
<b>Retenções</b>	<b>(10.292)</b>	<b>(15.849)</b>
Depreciação e Amortização	(10.292)	(15.849)
<b>Valor adicionado produzido pela entidade</b>	<b>307.943</b>	<b>257.645</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>96.414</b>	<b>249.939</b>
Receitas financeiras	75.966	219.357
Outras	20.448	30.582
<b>Valor adicionado a distribuir</b>	<b>404.357</b>	<b>507.584</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>	<b>404.357</b>	<b>507.584</b>
<b>Pessoal</b>	<b>508.652</b>	<b>470.747</b>
Remuneração direta	148.427	146.335
Benefícios	43.097	44.248
Benefícios pós-emprego	22.509	23.706
FGTS	10.767	14.889
INSS	38.186	38.183
Encargos	4.007	3.638
Provisões, despesas legais e judiciais trabalhistas	239.940	197.908
Honorários da diretoria	1.306	1.458
Honorários do CONFIS/CONSAD	413	382
<b>Tributos</b>	<b>888</b>	<b>1.734</b>
Federais	852	1.018
Estaduais	36	39
Municipais	0	677
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>283.786</b>	<b>262.690</b>
Despesas financeiras	245.711	232.572
Aluguéis	1.025	2.051
Contratos	37.050	28.067
<b>Resultado do Exercício</b>	<b>(388.969)</b>	<b>(227.587)</b>

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO  
(Em milhares de Reais)

Descrição	Capital Social	Créditos da União para aumento de Capital	Prejuízos Acumulados	Total
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2016</b>	<b>2.455.537</b>	<b>60.835</b>	<b>(2.860.106)</b>	<b>(343.734)</b>
Aumento de capital	0	0	0	0
Créditos da União para aumento de capital	0	(60.835)	0	(60.835)
Atualização dos créditos para aumento de capital	0	0	0	0
Ajustes de exercícios anteriores	0	0	34.199	34.199
Resultado do exercício	0	0	(227.587)	(227.587)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>2.455.537</b>	<b>0</b>	<b>(3.053.494)</b>	<b>(597.957)</b>
Crédito da União para aumento de capital	0	0	0	0
Ajustes de exercícios anteriores	0	0	(501)	(501)
Resultado do exercício	0	0	(388.969)	(388.969)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>2.455.537</b>	<b>0</b>	<b>(3.442.964)</b>	<b>(987.427)</b>

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
Em milhares de reais

**1 – CONTEXTO OPERACIONAL**

A COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO – CDRJ, com sede na Rua Acre, 21 Centro – Rio de Janeiro – RJ, é uma sociedade de economia mista, cuja criação foi autorizada pelo Decreto-Lei nº 794 de 27 de agosto de 1969, constituída sob a forma de sociedade anônima, vinculada ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, regendo-se pela legislação relativa às sociedades por ações, Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e no que lhe for aplicável, pela Lei 12.815, de 5 de junho de 2013, que dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários, e tem por objeto social realizar, direta ou indiretamente, em harmonia com os planos e programas do Ministério dos Transportes, a administração e exploração comercial dos portos organizados e demais instalações portuárias do Estado – RJ.

**2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras da Companhia Docas do Rio de Janeiro, inclusive as notas explicativas, estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicadas de outra forma. Essas demonstrações foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor.

Nas operações realizadas com moedas estrangeiras, estas são convertidas para a moeda funcional (Real), utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto nos casos em que forem diferidos no patrimônio, caso ocorresse operações de hedge de fluxo de caixa. Atualmente, a Companhia possui transações em moeda estrangeira em contratos de arrendamento provenientes da extinta PORTOBRAS, conforme nota explicativa 23.

**3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

São as seguintes as práticas adotadas para a elaboração destas demonstrações financeiras:

**3.1 Apuração do resultado**

O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência entre exercícios, sendo que a receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação dos serviços e arrendamento de áreas portuárias, apresentada líquida dos impostos. A CDRJ reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança e quando seja provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e ainda, quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

**3.2 Demonstração do resultado abrangente**

Não houve transações no patrimônio líquido, em todos os aspectos relevantes, que ocasionassem ajustes que pudessem compor a demonstração do resultado abrangente.

**3.3 Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, saldos bancários e aplicações financeiras de curto prazo de risco insignificante de mudança de valor e de alta liquidez.

**3.4 Caixa Restrito**

Caixa Restrito representa os depósitos em Conta Única do Tesouro Nacional efetuados pela União, disponíveis para compromissos específicos em Investimentos. Os valores são remetidos por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI.

**3.5 Instrumentos financeiros**

**(i) Classificação e mensuração**

A Companhia classifica seus ativos financeiros em mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis. A Administração determina a classificação dos seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

**(ii) Ativos financeiros**

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações em seu valor justo são apresentados na demonstração do resultado.

**(iii) Empréstimos e recebíveis**

Os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não estão cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativos circulantes todos aqueles com prazo de vencimento até o último dia do exercício seguinte; caso contrário, estes são classificados como não circulantes. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem as contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método de taxa de juros efetiva.

**3.6 Contas a receber**

As contas a receber de clientes referem-se aos recebíveis do ativo circulante e não circulante, sendo os valores faturados correspondentes ao preço da tarifa vigente na data da prestação dos serviços e, no caso de arrendamento de áreas, pelos valores contratados. No saldo de contas a receber estão incluídos todos os serviços prestados e todas as receitas com arrendamentos até a data do encerramento do exercício, inclusive os serviços concluídos que ficaram por faturar após o encerramento do exercício. Do total do contas a receber, a Companhia deduz as perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa (PECLD) correspondendo à diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. O prazo médio de recebimento das contas a receber é de 30 dias, prazo considerado como parte das condições comerciais normais e inerentes às operações da Companhia. As PECLD são constituídas para todos os créditos vencidos e não recebidos há mais de 180 dias e em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir as possíveis perdas na realização destes créditos.

**3.7 Estoques**

Os estoques referem-se a itens de almoxarifado a serem utilizados nas atividades da empresa e estão avaliados ao custo médio de aquisição, não excedendo o valor de mercado.

**3.8 Créditos fiscais a recuperar**

Correspondem aos saldos credores de PIS e COFINS a serem utilizados para futuras compensações.

**3.9 Bens em processo de cessão**

Uma vez classificados como bens disponibilizados para vendas e/ou cessão, os ativos não são depreciados e seu registro se dá pelo menor valor entre seu valor residual e seu valor de mercado. Os valores estão sendo informados na nota 13.

**3.10 Cauções e depósitos vinculados**

Correspondem a valores bloqueados e valores dados em garantia em processos de cobrança, os quais a Companhia mantém discussão acerca dos valores envolvidos e sua exigibilidade.

Os Depósitos Judiciais, quando possuírem provisão correspondente, são apresentados de forma líquida em "provisões tributárias, cíveis, trabalhistas". Os depósitos judiciais que não possuem provisão correspondente são apresentados no ativo não circulante.

**3.11 Propriedade para investimentos**

Propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital, ou para ambos, e não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade é mensurada pelo custo no reconhecimento inicial e opcionalmente ao valor justo. Alterações no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

**3.12 Imobilizado**

O ativo imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido de depreciação acumulada, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação é calculada segundo o método linear, com base em taxas que contemplam a vida útil-econômica estimada para cada classe de bens e não ultrapassam os índices de dedutibilidade admitidos pela legislação fiscal.

**3.13 Obrigações trabalhistas fiscais e contratuais**

As obrigações fiscais, trabalhistas e contratuais foram atualizadas, até a data do balanço.

**3.14 Benefícios pós-emprego**

Os benefícios concedidos a empregados e seus beneficiários, em especial os planos de aposentadoria e pensão junto ao PORTUS – Instituto de Seguridade Social, decorrem de termos de confissões de dívidas e de cálculos atuariais.

**3.15 Arrendamento mercantil**

Os valores provenientes de contratos de leasing recebidos por transferência da extinta Empresa de Portos do Brasil – PORTOBRÁS são atualizados pelas taxas iniciais contratadas, mantidos no passivo até a liquidação da dívida, conforme detalhamos na nota explicativa 23.

**3.16 Provisões para contingências**

As provisões para contingências foram reconhecidas com base nas estimativas de perdas prováveis em ações nas quais a Companhia é parte reclamada, mensuradas através de relatórios gerenciados pela Superintendência Jurídica da CDRJ, sendo o seu reconhecimento, mensuração e divulgação efetuados em atendimento ao CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.



**COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO**  
CNPJ/MF Nº 42.266.890/0001-28

**MINISTÉRIO DOS  
TRANSPORTES, PORTOS  
E AVIAÇÃO CIVIL**

**GOVERNO  
FEDERAL**

**3.17 Receitas diferidas**

Devido à realização de operação de antecipação de recebíveis junto à União, por conta de securitização de fluxo de recebimentos futuros da carteira de clientes da CDRJ, as receitas inerentes a estes créditos são reconhecidas à medida que são incorridas, em atendimento ao regime de competência.

**3.18 Imposto de Renda e Contribuição Social**

A despesa do imposto de renda e da contribuição social é apropriada na demonstração do resultado, exceto quando estiverem relacionadas com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias vigentes. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda e contribuição e as relaciona às situações em que a regulamentação fiscal aplicável apresenta margem a interpretações. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade em que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

**4 – REPRESENTAÇÃO DOS VALORES PARA FINS COMPARATIVOS**

As demonstrações contábeis correspondentes a 31 de dezembro de 2016, originalmente divulgadas em 04/04/2017, estão sendo representadas, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, para melhor refletir as operações da Companhia.

A seguir apresentamos um resumo da demonstração contábil (Balanço Patrimonial do Exercício) originalmente apresentado, comparado às demonstrações ora representadas.

**COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO**  
**BALANÇO PATRIMONIAL**  
(Em milhares de Reais)

	31 de dezembro de 2016		
	Original	Ajuste	Reapresentado
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e Equivalentes de Caixa	24.245	-	24.245
Caixa Restrito	47.319	-	47.319
Contas a Receber de Clientes	29.565	-	29.565
Estoques	228	-	228
Créditos Fiscais a Recuperar	3.947	-	3.947
Valores a Receber	21.937	-	21.937
Outros Ativos	1.429	-	1.429
<b>Total do Ativo Circulante</b>	<b>128.670</b>	-	<b>128.670</b>
<b>Ativo não circulante</b>			
<b>Realizável a Longo Prazo</b>			
Valores a Receber	61.021	-	61.021
Depósitos Judiciais(4.1)	30.890	266.720	297.610
Partes Relacionadas	293.215	-	293.215
Bens em Processo de Cessão	4.926	-	4.926
Cauções e Depósitos Vinculados	222.410	-	222.410
Outros Ativos	472	-	472
<b>Total do Realizável a Longo Prazo</b>	<b>612.934</b>	<b>266.720</b>	<b>879.654</b>
Propriedades para Investimento	4.792	-	4.792
Imobilizado	1.079.407	-	1.079.407
Intangível	10	-	10
<b>Total do Ativo</b>	<b>1.825.813</b>	<b>266.720</b>	<b>2.092.533</b>

Ajustes retrospectivos realizados no Ativo e Passivo:

**4.1 Depósitos Judiciais**

Refere-se a valores bloqueados do Portus, constantes de nossas análises contábeis 2016 e 2017 e não consideradas no balanço 2016 publicado em 04/04/2017, ora sendo regularizado.

**COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO**  
**BALANÇO PATRIMONIAL**  
(Em milhares de Reais)

	31 de dezembro de 2016		
	Original	Ajuste	Reapresentado
<b>Passivo Circulante</b>			
Fornecedores	4.621	-	4.621
Obrigações Trabalhistas e Assistenciais	25.782	-	25.782
Obrigações Tributárias	254.461	-	254.461
Obrigações Contratuais	633.943	-	633.943
Benefícios Pós Emprego(4.2)	99.811	104.528	204.339
<b>Total do Passivo Circulante</b>	<b>1.018.618</b>	<b>104.528</b>	<b>1.123.146</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>			
Obrigações Tributárias	252.402	-	252.402
Obrigações Contratuais	72.708	-	72.708
Arrendamento Mercantil	579.797	-	579.797
Benefícios Pós Emprego (4.2)	144.762	162.192	306.954
Provisão Para Contingências	146.884	-	146.884
Receitas Diferidas	50.542	-	50.542
Adiant. Futuro Aumento de Capital	158.057	-	158.057
<b>Total do Passivo Não Circulante</b>	<b>1.405.152</b>	<b>162.192</b>	<b>1.567.344</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>			
Capital Social	2.445.486	-	2.455.537
Resultado do Exercício (4.8)	(3.053.494)	-	(3.053.494)
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>(597.957)</b>	-	<b>(597.957)</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>1.825.813</b>	<b>266.720</b>	<b>2.092.533</b>

**4.2 Benefícios Pós Emprego**

Refere-se a valores bloqueados do Portus, constantes de nossas análises contábeis 2016 e 2017 e não consideradas no balanço 2016 publicado em 04/04/2017, ora sendo regularizado.

**5 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Os saldos em caixa correspondem a valores depositados nas contas mantidas pela CDRJ no Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal movimentação normal e Banco Santander e Banco Bradesco para pagamento de ordenados.

**6 – CAIXA RESTRITO**

Os valores representam os depósitos em conta única do Tesouro Nacional efetuados pela União, disponíveis para compromissos específicos em investimentos, além de repasses referentes ao ressarcimento de empregados cedidos a outros órgãos ou entidades. Os valores são remetidos por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI.

**7 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES**

Em contas a receber de clientes, a CDRJ vem reconhecendo em provisão para créditos de liquidação duvidosa todos os valores vencidos há mais de 180 dias. As contas a receber a vencer são realizáveis no prazo médio de 30 dias, não sendo relevante o ajuste ao valor presente.

Valores das Perdas Estimadas de Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD), por critério de conservadorismo, refere-se a valores contestado e provisionado para fazer face a recebimentos vencidos há mais de 180 dias. No exercício de 2017, os valores vencidos há mais de 02 (dois) anos, passaram a compor o PECLD. Ocorrendo o pagamento, os valores provisionados serão revertidos para conta de receita.

	31/12/2017	31/12/2016
Clientes nacionais	161.103	109.893
(-) Perdas Estimadas (PECLD)	(129.555)	(80.328)
<b>Totais</b>	<b>31.548</b>	<b>29.565</b>

**8 – ESTOQUES**

O estoque é composto por produtos destinados ao consumo na prestação de serviços portuários. Os produtos aos quais é permitida a manutenção de créditos de impostos são registrados pelo valor líquido. Os demais produtos são registrados pelo valor total da nota fiscal.

**9 – CRÉDITOS FISCAIS A RECUPERAR**

O detalhamento dos créditos tributários está composto abaixo:

Descrição	Circulante	
	2017	2016
IRPJ a recuperar	3.403	3.439
Contribuição social a recuperar	412	508
<b>Totais</b>	<b>3.815</b>	<b>3.947</b>

**10 – VALORES A RECEBER**

**Prefeitura do Rio de Janeiro** – Saldo a Receber da Prefeitura do Município do Rio de Janeiro referente à indenização por desapropriação administrativa de 14 (catorze) imóveis ou terrenos urbanos de titularidade da Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ, nos termos do Decreto Presidencial não numerado, de 10 de setembro de 2013, assinado pela Presidente da República. O Decreto autorizou o Município do Rio de Janeiro a declarar de utilidade pública o domínio público dos imóveis pertencentes à CDRJ, destinados à implantação da urbanização da área portuária, no Município do Rio de Janeiro – RJ.

O montante registrado em 2017 apresentou variação por transferência do Ativo Circulante para o Ativo não Circulante, visando melhor classificação, por se tratar de valores a serem recebidos a longo prazo.

	Circulante		Não Circulante	
	2017	2016	2017	2016
Créditos a Receber da Triunfo Logística	0	4.300	0	-
Convênio CDRJ/INEA	1.200	1.200	0	-
Prefeitura do Rio de Janeiro	6.044	15.770	53.893	51.133
Outros Valores a Receber	736	667	0	9.888
<b>Totais</b>	<b>7.980</b>	<b>21.937</b>	<b>53.893</b>	<b>61.021</b>

**Convênio CDRJ/INEA** – Repasse da União para o Instituto Estadual do Ambiente – INEA, a título de investimento no Programa de Saneamento de Sepetiba, conforme Termo de Convênio nº 120/2012, assinado entre a CDRJ e o INEA, visando ações de despoluição, revitalização e recuperação da Praia de Sepetiba. Em contrapartida, o convênio possibilita a CDRJ pugnar pela compensação do referido valor em face da execução movida pelo Ministério Público Federal, nos autos da Ação Civil Pública nº 2003.51.01.022386-0, que tramita na 6ª Vara Federal do Rio de Janeiro. Após o término do contrato, o INEA realizou a prestação de contas e pleiteou novo aditivo com fins de utilização do saldo de R\$ 1.200 mil (referente ao valor não utilizado de R\$ 500 mil e atualização no valor de R\$ 700 mil) que deveria ser restituído à CDRJ.

**11 – DEPÓSITOS JUDICIAIS**

Valores relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos respectivos litígios e se referem, basicamente, aos processos de IPTU e a outros trabalhistas e cíveis:

Os valores bloqueados referem-se às ações de bloqueio do Portus de RTSA e processos relativos a confissão de dívidas, assumidas pela CDRJ, não quitadas, nas seguintes Varas Cíveis: 01ª processo nº 0002173-66.2013.8.19.0024, 18ª processo nº 0019587-82.2013.4.02.5101, 21ª processo nº 0105594-59.2004.8.19.0001, 26ª processo nº 0022472-95.1997.8.19.0001, 33ª processo nº 0038850-87.2001.8.19.0001, 41ª processo nº 1019600-39.2005.5.01.01.0041 e 49ª processo nº 0148310-43.2000.8.19.0001.

Os valores das ações judiciais referem-se a diversas ações trabalhistas cujos os valores foram bloqueados nas receitas da CDRJ, no exercício de 2017, por determinações judiciais.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Ação IPTU	19.506	19.506
Ações Judiciais	30.774	11.384
Ações Portus	123.337	266.720
Ações RTSA	162.048	0
<b>Totais</b>	<b>335.665</b>	<b>297.610</b>

**12 – PARTES RELACIONADAS**

Conforme mencionado na nota explicativa 6, a Companhia mantém recursos pertencentes ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, repassados através do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI, por solicitação do controlador, foram devolvidos através do SIAFI, os montantes de R\$ 279.900 e R\$ 13.315 mil aos cofres do Governo Federal, em 2014 e 2015, respectivamente.

**13 – BENS EM PROCESSO DE CESSÃO**

Referem-se a terrenos na área do Porto Organizado de Itaguaí, baixados do imobilizado da Companhia para cessão à União, que serão utilizados no programa de construção da Base Naval, Estaleiro Naval e área de apoio para submarinos convencionais e nucleares para a Marinha do Brasil, através do Protocolo de Intenções firmado entre SEP/PR, Ministério da Defesa, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG, Comando da Marinha e Companhia Docas do Rio de Janeiro, datado de 17/03/2010 e Contrato C-SUPJUR nº 50, de 10/08/2010. O valor de R\$ 4.926 mil encontra-se registrado nesta conta aguardando o encerramento do processo de dação dos bens, que terá como contrapartida a redução da participação da União no Capital Social da Companhia. Até 31 de dezembro de 2017 não houve conclusão do processo de cessão.

**14 – CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS**

	31/12/2017	31/12/2016
Recursos Bloqueados – RSD	9.232	9.160
Bloqueio Judicial Leasing Portobras	137.197	137.197
Bloqueios em Conta Corrente	90.763	68.198
Recursos Judiciais	13.230	7.855
<b>Totais</b>	<b>250.422</b>	<b>222.410</b>

**Recursos Bloqueados RSD** – Refere-se ao Reembolso de Serviço de Dragagem – RSD, depositado no BNDES como garantia aos contratos de Leasing da extinta Empresa de Portos do Brasil – PORTOBRÁS. Tais recursos encontram-se bloqueados em Juízo na 3ª Vara Federal do Rio de Janeiro, por força de ação judicial movida pelos agentes financeiros contra a extinta PORTOBRAS e estão registrados no ativo não circulante por se tratar de recursos sem expectativa de liberação.

**Leasing Portobras** – Refere-se ao bloqueio da receita bruta para garantia dos processos judiciais nº 1998.001.185286-0, movido pela Companhia Inter-Atlântico de Arrendamento Mercantil, em cumprimento ao mandado de intimação expedido pela 11ª Vara Cível em 16 de dezembro de 2005 e nº 0102697-82.2009.8.19.0000, movido pela Companhia Brooklin Empreendimentos S/A. A Nota Explicativa 23 também trata do assunto.

**Bloqueios em Conta Corrente** – Os valores dos bloqueios em conta corrente referem-se a diversas ações trabalhistas cujos os valores foram bloqueados direto na conta corrente da CDRJ, no exercício de 2017, por determinações judiciais.

**15 – PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO**

A CDRJ é possuidora de diversos imóveis (terrenos e edificações) situados no Município do Rio de Janeiro, sem utilização em suas atividades. Com as obras de infraestrutura do Projeto Porto Maravilha, estes imóveis vêm sofrendo forte valorização imobiliária e a Companhia estuda a possibilidade de melhor utilização destes. Alguns estão sendo objeto de desapropriação por parte do Município do Rio de Janeiro. Conforme opção da Companhia, essas propriedades estão mensuradas pelo custo histórico.

**16 – IMOBILIZADO**

O ativo imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido de depreciação acumulada, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação é calculada segundo o método linear, com base em taxas que contemplam a vida útil-econômica estimada para cada classe de bens e não ultrapassam os índices de dedutibilidade admitidos pela legislação fiscal.

O imobilizado, em 31/12/2017, está assim composto:

Discriminação	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Líquido 2017	Líquido 2016
Bens móveis	166.983	(153.670)	13.336	17.118
Bens imóveis	1.103.301	(108.144)	995.158	998.379
Imobilizado a classificar	16.325	(750)	15.575	15.446
Imobilizado em andamento	50.752	0	50.752	48.464
<b>Totais</b>	<b>1.337.361</b>	<b>(262.564)</b>	<b>1.074.797</b>	<b>1.079.407</b>

**17 – INTANGÍVEL**

O ativo intangível está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido de amortização acumulada. A amortização é calculada segundo o método linear, com base em taxas que contemplam a vida útil-econômica estimada para cada classe de bens e não ultrapassam os índices de dedutibilidade admitidos pela legislação fiscal.

**18 – FORNECEDORES**

A conta de fornecedores compreende os saldos a pagar dos fornecedores utilizados para as operações portuárias como segurança, manutenção, bem como na prestação de serviços diversos, compras de peças e equipamentos.

**19 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E ASSISTENCIAIS**

O Grupo Obrigações Trabalhistas referem-se a pagamento de salários, descontos em folha de pagamento em consignação para posterior pagamento aos beneficiários, encargos Assistenciais bem como provisão de férias e encargos: está composto da seguinte maneira:

	31/12/2017	31/12/2016
Remunerações	9.769	9.942
Consignações	386	442
Mesada Judicial	274	309
Outros Encargos Assistenciais	0	3.206
Provisão de Férias e Encargos	12.784	11.883
<b>Totais</b>	<b>23.213</b>	<b>25.782</b>

**20 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS**

As obrigações tributárias, demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluídos os encargos e atualizações, quando aplicáveis, incorridos até a data do balanço, bem como as reduções ocorridas na rubrica INSS – débitos previdenciários não parcelados, bem como Pasp/COFINS, foram transferidos para outros(20.2) PERT - Programa Especial de regularização tributária MP nº 783 de 31/05/2017. Foram reconhecidos também no exercício de 2017 valores de débitos de IPTU: têm a seguinte composição:

	Circulante		Não Circulante	
	2017	2016	2017	2016
ISS (20.3)	3.355	94.212	370.241	252.402
PASEP/COFINS	25.972	10.390	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	5.561	5.562	-	-
IPTU	13.143	1.381	-	-
Adicional de Tarifa Portuária (20.1)	6.821	6.820	-	-
INSS – Débitos do exercício de 2016	12.917	12.915	-	-
INSS – Débitos previdenciários não parcelados	16.341	112.682	-	-
FGTS	1.460	2.688	-	-
IR de Pessoaal	4.194	6.386	-	-
Outros (20.2)	258	1.425	452.699	-
<b>Totais</b>	<b>90.022</b>	<b>254.461</b>	<b>822.940</b>	<b>252.402</b>

**20.1 Adicional de Tarifa Portuária**

Trata-se de adicional instituído pela Lei nº 7.700, de 21 de dezembro de 1988, cuja base de cálculo eram as operações realizadas com mercadorias importadas e exportadas, objeto do comércio na navegação de longo curso. A Lei nº 9.309, de 2 de outubro de 1996 revogou a supracitada Lei e, consequentemente, extinguiu a cobrança do adicional. O saldo permaneceu registrado contabilmente até 26/02/1999 quando a União efetuou transferência no valor de R\$ 16.893 mil para baixa do passivo, tendo o aumento do Capital Social como contrapartida.

**20.2 Outros – Passivo Não Circulante**

A CDRJ aderiu ao Programa Especial de Recuperação Tributária – PERT, instituído pela MP nº 783 de 31/05/2017 e MP nº 804, de 29/09/2017, parcelamento de débitos junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil. Conforme seguem abaixo:

<b>DIVERSOS PARCELAMENTOS PGFN: MULTA</b>	<b>74</b>
<b>PARCELAMENTO PERT PGFN - INSS</b>	<b>112.764</b>
<b>PARCELAMENTO PERT PGFN - DEMAIS DEBITOS</b>	<b>296.557</b>
MULTA CLT	6
TAXA OCUPAÇÃO	112.326
AFORAMENTO - SPU DIVERSAS ORIGENS	215
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	2.128
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS - 18	17.727
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS - 26	162.282
PIS	646
COFINS	1.227

<b>PARCELAMENTO PERT RFB - INSS</b>	<b>22.666</b>
<b>PARCELAMENTO PERT RFB - DEMAIS DEBITOS</b>	<b>20.638</b>
PIS	3.367
COFINS	17.271
<b>Total</b>	<b>452.699</b>

**20.3 ISS – Passivo Não Circulante**

Imposto Sobre Serviços – ISS com a Prefeitura do Rio de Janeiro. Conforme seguem abaixo:



**COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO**  
CNPJ/MF Nº 42.266.890/0001-28

**MINISTÉRIO DOS  
TRANSPORTES, PORTOS  
E AVIAÇÃO CIVIL**

**GOVERNO  
FEDERAL**

## 22 – BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ é patrocinadora em conjunto com as demais empresas do sistema portuário de plano de suplementação de aposentadoria e outros benefícios de risco a funcionário, através do Portus – Instituto de Seguridade Social, entidade de previdência privada, fiscalizada pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social. No plano atual de benefício definido, o cálculo da aposentadoria é feito pela diferença de (a) 80% do salário médio de participação dos últimos 12(doze) meses indexados à variação do INPC até a data do início do benefício e (b) o valor dos benefícios disponibilizado no sistema da previdência social.

O salário de participação é limitado a 3(três) vezes o limite máximo do salário de contribuição da Previdência Oficial.

A responsabilidade da patrocinadora CDRJ, incluindo o déficit atuarial, conforme informações apresentadas pelo Portus, é de R\$ 954.493 mil (R\$ 1.094.502 mil em 2016). Faz-se necessário registrar que a diferença entre os valores apresentados pelo Portus e aqueles reconhecidos pela CDRJ continuam em controvérsia, motivo pelo qual a questão está judicializada.

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, através da Portaria nº 459, de 22 de agosto de 2011, decretou intervenção na entidade.

A CDRJ e o PORTUS – Instituto de Seguridade Social assinaram, no dia 1º de outubro de 2015, termo de confissão de dívidas, com indicação de forma de pagamento de contribuição patronal. O acordo foi consequência da criação, pela Presidência da República, de um grupo de trabalho com a finalidade de apurar a dívida das patrocinadoras com o Portus. A CDRJ reconheceu uma dívida de R\$ 174.596 mil, entretanto, por força do Acórdão TCU nº 169/2005-TCU-Plenário, excluiu o montante referente à contribuição dos assistidos, culminando no valor incontroverso de R\$ 149.732 mil. No decorrer de 2017, não houve repasse de valores incontroversos ao Portus.

Ainda durante o exercício de 2017, foram repassadas ao PORTUS contribuições de empregados e contribuições patronais, nos montantes de R\$ 5.886 mil e R\$ 13.041 mil, respectivamente (R\$ 6.275 mil e R\$ 8.812 mil em 2016).

As contas possuem a seguinte composição:

	Circulante		Não Circulante	
	2017	2016	2017	2016
Benefícios de Curto Prazo	234.041	204.339	-	-
Benefícios de Longo Prazo	-	-	353.280	306.954
<b>Totais</b>	<b>234.041</b>	<b>204.339</b>	<b>353.280</b>	<b>306.954</b>

Os valores registrados no passivo circulante são referentes às contribuições correntes (empregados e patrocinadora), além do saldo atualizado da confissão de dívidas assinada em 01/10/2015.

O saldo do passivo não circulante é referente à contingência judicial da Reserva de Tempo de Serviço Anterior – RTSA, discutida nos autos do processo 0105594-59.2004.8.19.0001, em trâmite na 21ª Vara Cível da Comarca da Capital – RJ.

## 23 – ARRENDAMENTO MERCANTIL

Trata-se de contratos de *leasing* de equipamentos portuários transferidos da extinta Empresa de Portos do Brasil – PORTOBRAS para a Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ, administrados pelas seguintes empresas:

- Companhia Inter Atlântico de Arrendamento Mercantil;
- Comind *Leasing* Arrendamento Mercantil S/A;
- Unibanco *Leasing* S/A;
- *Manufactures Hannover*.

Em relação ao contrato firmado com a Companhia Inter Atlântico de Arrendamento Mercantil, em 03 de janeiro de 2006, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro decidiu pelo bloqueio de 40% da receita bruta da CDRJ, até o valor de R\$ 135.686 mil, para garantia do processo judicial nº 1998.001.185286-0, em cumprimento ao mandado de intimação expedido pela 11ª Vara Cível, em 16 de dezembro de 2005.

Quanto ao contrato firmado com o Comind, em 21/09/2010 foi expedida Intimação Via Postal pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, determinando o bloqueio de 20% da receita devida pelos arrendatários, para garantia do processo judicial nº 0102697-82.2009.8.19.0000, da 19ª Vara Cível, movido pela Companhia Brooklin Empreendimentos S/A, adquirente dos direitos creditórios da antiga Comind.

No exercício de 2011 houve liberação do montante de R\$ 177.057 mil aos agentes financeiros, sendo R\$ 157.974 mil, posição em julho/2011, ao Banco J.P. Morgan (agente da Companhia Inter Atlântico de Arrendamento Mercantil) e R\$ 19.082 mil em favor da Companhia Brooklin Empreendimentos S/A (Comind *Leasing* Arrendamento Mercantil S.A.).

A CDRJ entrou com pedido junto à 11ª Vara Cível do Rio de Janeiro, para a suspensão dos bloqueios e liberação dos saldos remanescentes em face dos recursos penhorados terem excedido aos valores dos débitos apontados pelos agentes financeiros. Este pedido permanece sendo discutido em juízo e os valores deverão ser confirmados.

As empresas Unibanco *Leasing* S/A e *Manufactures Hannover* também possuem ações, porém sem bloqueios judiciais, que tramitam na 3ª Vara da Justiça Federal. Os valores foram contratados em moeda estrangeira e permanecem registrados na contabilidade, devidamente atualizados:

Em 2017, devido ao impacto da variação do real frente ao dólar americano, o reflexo desta variação cambial repercutiu negativamente no resultado da Companhia.

	31/12/2017	31/12/2016
Unibanco <i>Leasing</i> S/A	116.306	109.652
<i>Manufactures Hannover</i>	498.551	470.145
<b>Totais</b>	<b>614.857</b>	<b>579.797</b>

## 24 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIA

A CDRJ constitui provisões para processos trabalhistas, cíveis e tributários a valores considerados pela Superintendência Jurídica como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis e foram compostas da seguinte maneira:

	31/12/2017	31/12/2016
Trabalhistas	207.117	136.592
Cíveis	10.097	10.097
Tributárias	195	195
<b>Totais</b>	<b>217.409</b>	<b>146.884</b>

As Provisões são reconhecidas tendo como base as opiniões dos advogados e estimativas sobre o valor a ser desembolsado em cada ação, na hipótese de condenação por sentença definitiva. Os critérios utilizados pela Superintendência Jurídica para apuração dos montantes das contingências e classificação das demandas estão relacionados ao andamento dos processos. Assim, nos casos de execução, o valor estimado considerado como perda provável será o valor da condenação e, nos casos em que os processos encontram-se em fase de cognição, o montante

considerado será o valor da causa. As ações demandam apuração em sede de procedimento judicial específico de liquidação, o que é sempre realizado no momento processual adequado, individualmente, por perícia/assistência técnica, resguardado o interesse da Companhia.

O aumento neste grupo ocorreu em virtude da provisão realizada no exercício da grande demanda trabalhista.

### 24.1 – Perdas possíveis não provisionadas no Balanço

A Companhia possui outras contingências trabalhistas, cíveis e tributárias nas quais, conforme opinião dos advogados, as probabilidades de perdas são remotas ou até possíveis, contudo, há contingências que devido ao valor das ações podem propiciar perdas relevantes à CDRJ em R\$ 219.349 mil, sendo:

- Ações Trabalhistas R\$ 97.066 mil
- Ações Cíveis R\$ 119.118 mil
- Ações Tributárias R\$ 3.165 mil

### 24.2 – IPTU

Dentre as contingências tributárias, destacam-se as ações do IPTU, nas quais a CDRJ discute a sua incidência, pleiteando sua imunidade. Conforme decisão do Pleno do Supremo Tribunal Federal (STF), por meio do Recurso Extraordinário 253.472, aquela corte confirmou o entendimento de julgados já realizados pela 1ª e 2ª Turmas do próprio STF sobre a imunidade constitucional prevista no artigo 150 da Constituição Federal em relação ao IPTU incidente sobre os imóveis da União.

## 25 – RECEITAS DIFERIDAS

A conta de receitas diferidas, registrada no passivo não circulante, refere-se a receitas recebidas antecipadamente de arrendamento de instalações portuárias em contratos de concessão e vem sendo apropriadas atendendo aos prazos contratuais.

### 26 – ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

Trata-se de recursos aportados pela União destinados a programas de investimentos na Companhia. Os valores sofrem a incidência de atualização financeira com base na variação da Taxa SELIC até a sua capitalização, conforme Decreto nº 2.673/1998.

Em 2016, o critério de classificação foi alterado e os valores passaram a compor o grupo do Passivo Não Circulante.

A conta apresenta a seguinte composição:

	31/12/2017	31/12/2016
Repasse ao Portus – Instituto de Seguridade Social	172.745	157.089
Credito da UNIÃO no exercício	9.000	0
Subscrição do acionista Estado do Rio de Janeiro	2	2
Correção Monetária – Decreto 2.673/98	1.062	966
<b>Totais</b>	<b>182.809</b>	<b>158.057</b>

## 27 – CAPITAL SOCIAL

O Capital Social da Companhia no montante de R\$ 2.455.537 mil está representado por 1.222.461.562 ações, totalmente integralizadas assim distribuídas:

	Quantidade de Ações		
	Acionistas	Ordinárias	Preferenciais
União	611.151.091	611.151.092	1.222.302.183
Governo do Rio de Janeiro	79.651	79.650	159.301
Outros	40	38	78
<b>Total</b>	<b>611.230.782</b>	<b>611.230.780</b>	<b>1.222.461.562</b>

O último aumento de Capital Social da Companhia foi homologado pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia Docas do Rio de Janeiro, no dia 11 de dezembro de 2015.

## 28 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A receita operacional bruta corresponde às parcelas dos arrendamentos da área do porto e às tarifas relacionadas aos demais serviços portuários. A receita operacional líquida está composta da seguinte maneira:

	31/12/2017	31/12/2016
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>381.956</b>	<b>319.387</b>
(-) Cofins	(29.758)	(25.900)
(-) Pasep	(6.461)	(5.623)
(-) ISS	(618)	(525)
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>345.119</b>	<b>287.339</b>

## 29 – CUSTOS DA OPERAÇÃO, DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

a) O custo das operações apresentou no presente exercício o montante de R\$ 91.558 mil (R\$ 97.078 em 2016).

	31/12/2017	31/12/2016
<b>Serviços Portuários</b>	<b>91.875</b>	<b>97.078</b>
Manutenção	5.478	6.755
Pessoal e Encargos	73.315	74.542
Serviços de Terceiros	6.796	6.079
Depreciação	6.286	9.702
<b>Totais</b>	<b>91.875</b>	<b>97.078</b>

b) O grupo das despesas administrativas apresenta a seguinte composição:

	31/12/2017	31/12/2016
<b>Discriminação</b>	<b>255.995</b>	<b>245.218</b>
Pessoal e Encargos	195.396	198.298
Serviços de Terceiros	10.744	13.274
Contratos Securizados Libra/Septetiba/Tecon	37.050	28.067
Despesas Tributárias	8.130	1.786
Despesas Legais e Judiciais	3.910	2.761
Outras	765	1.032
<b>Totais</b>	<b>255.995</b>	<b>245.218</b>

## 30 – PECLD E PROVISÕES CONTÁBEIS LÍQUIDAS

O grupo PECLD e Provisões Contábeis Líquidas possui a seguinte composição:

	31/12/2017	31/12/2016
<b>Perdas Estimadas com Crédito de Liquidação Duvidosa</b>	<b>(49.227)</b>	<b>(10.843)</b>
Provisão para Férias	(842)	(1.395)
Provisão para o 13º Salário	(10.165)	(10.574)
Provisão para FGTS do 13º Salário	(792)	(523)
Provisão para Contingências	(68.456)	(40.469)
Provisão para Perdas em Investimentos	(13)	(15)
<b>Totais</b>	<b>(129.495)</b>	<b>(63.819)</b>

Esse grupo foi aumentado de R\$ 63.819 mil em 2016 para R\$ 129.495 mil em 2017, basicamente pelo lançamento da Provisão Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa no valor de 49.227 mil, referente a PECLD período do 1º semestre de 2017 e Provisão para Contingências no valor de 68.456 mil, referente a processos trabalhistas.

## 31 – OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

O grupo Outras Receitas Operacionais possui a seguinte composição:

	31/12/2017	31/12/2016
<b>Receita de Aluguel</b>	<b>9.604</b>	<b>9.293</b>
Recuperações	29.469	29.010
Outras	2.972	2.833
<b>Totais</b>	<b>42.045</b>	<b>41.136</b>

## 32 – OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	31/12/2017	31/12/2016
<b>Perdas com Alienação de Bens</b>	<b>(59)</b>	<b>(119)</b>
Ajuste de Débitos – Saldo Negativo de IRPJ e CSLL	(11.423)	-
Pequenos ajustes de saldo	-	(486)
Despesa com IPTU	(7.196)	(4)
Cancelamento de Faturamento	(2.836)	-
<b>Totais</b>	<b>(21.514)</b>	<b>(609)</b>

Esse grupo foi aumentado de R\$ 609 mil em 2016 para R\$ 21.514 mil em 2017, referentes aos lançamentos das Provisões das Despesas com Ajuste de Débitos – Saldo negativo de IRPJ e CSLL no valor de R\$ 11.423 mil, despesas com IPTU no valor de R\$ 7.196 mil e cancelamento de Faturamento no valor de R\$ 2.836 mil no exercício de 2017.

## 33 – RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

As despesas financeiras têm como maior expressão as rubricas Despesas de Juros sobre Encargos Tributários e Trabalhistas, relativos à atualização da obrigação com o Portus – Instituto de Seguridade Social e Juros de Mora, relativos à atualização dos contratos de Cessão de Créditos da Libra e juros e variação cambial dos contratos de *Leasing* do Unibanco e *Manufactures Hannover*.

	31/12/2017	31/12/2016
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>15.282</b>	<b>15.133</b>
Despesas Financeiras	(278.151)	(269.623)
Variações Monetárias Ativas	60.684	204.224
Variações Monetárias Passivas	(71.175)	(92.924)
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>(273.360)</b>	<b>(143.190)</b>

## 34 – TESTE DE RECUPERABILIDADE DOS ATIVOS – IMPAIRMENT

Em 2016, a Companhia firmou contrato com a empresa MFC Avaliação e Gestão de Ativos Ltda-EPP, cujo objeto era a contratação de serviços de análise e avaliação da redução ao valor recuperável de ativos e análise contábil dos valores registrados no Ativo Imobilizado e no Intangível, para cálculos do valor do *Impairment*, vida útil residual e elaboração do fluxo de caixa por unidade geradora de caixa – UGC, em conformidade com o disposto na Lei 6.404/76 e nos Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC 01, CPC 06 e CPC 27.

A avaliação foi realizada determinando o valor em uso, ou seja, o valor presente de fluxos de caixas futuros estimados, que devem resultar do uso de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa. O trabalho consistiu na projeção do comportamento futuro dos parâmetros econômicos básicos da Unidade em estudo. Foi desenvolvido em duas etapas consecutivas: identificação de parâmetros econômicos que influenciam na operação da Unidade e a projeção do cenário futuro mais provável de sua operação. A provisão de *Impairment* não foi necessária, visto que o valor contábil líquido foi menor que o valor avaliado.

A companhia Docas do Rio de Janeiro, findou o trabalho anterior do teste de recuperabilidade dos Ativos em dezembro de 2016, sendo que no decorrer do exercício de 2017 deixou de realizá-lo. Estando sendo providenciado para o exercício de 2018.

## 35 – REMUNERAÇÃO PAGA

As remunerações pagas pela empresa aos seus diretores e empregados, incluídas todas as vantagens e benefícios efetivamente percebidos foram:

Valores expressos em Reais

	31/12/2017	31/12/2016
Maior remuneração paga aos diretores	34.679,01	39.516,56
Maior remuneração paga aos empregados	56.575,39	63.478,91
Menor remuneração paga aos empregados	1.590,31	1.574,72
Remuneração média dos empregados	13.229,31	12.897,75

## 36 – APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A autorização, pela Diretoria Executiva, para a conclusão da preparação destas demonstrações, ocorreu em 10 de abril de 2018.

TARCÍSIO TOMAZONI DIRETOR – PRESIDENTE CPF Nº 585.528.639-87	SHALON CHARLES S. GOMES DIRETOR CPF Nº 014.363.387-27	FREDERICO RIBEIRO KLEIN DIRETOR CPF Nº 012.950.577-35
HELIO SZMAJSER DIRETOR CPF Nº 553.615.367-68	WILLIAM DOS SANTOS DE PAULO GERENTE DE CONTABILIDADE CRC – RJ 067326/O-9 CPF Nº 842.195.647-72	

## PARECER CONFIS Nº 003/2018 - CONSELHO FISCAL

Parecer do Conselho Fiscal Nº 003/2018  
da Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ

O Conselho Fiscal da COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO – CDRJ, em sua 563ª Reunião Extraordinária, realizada em 16/07/2018, no uso de suas atribuições conferidas pelo Art. 84, incisos II e III, do Estatuto Social da Companhia, procedeu ao exame do Relatório Anual da Administração, bem como do Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis, relativos ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2017, à vista do Relatório dos Auditores Independentes – “Maciel Auditores S/S”, de 22 de junho de 2018.

Considerando as ressalvas e recomendações, já apontadas em exercícios anteriores, constantes do Relatório dos Auditores Independentes, no título “Base para opinião com ressalva”, e a manifestação do Conselho de Administração registrada na Ata da 695ª Reunião Extraordinária, realizada em 16/07/2018, o Conselho Fiscal OPINA no sentido de que o Relatório Anual da Administração e as referidas demonstrações refletem a situação patrimonial e a posição econômico-financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2017, os quais estão em condições de serem submetidos à Assembleia Geral para a apreciação dos Acionistas. O Conselho registra, ainda, a existência de prejuízos acumulados no exercício no montante de R\$ 3.445.964 mil, bem como a falta das certidões de regularidade fiscal da Companhia, reiteradamente apontada em suas Atas.

Rio de Janeiro, 16 de julho de 2018  
VLADIMIR REIS JOAQUIM LOPES  
Representante do Tesouro Nacional  
Presidente do Conselho Fiscal  
ALEXANDRE MALVESTIO CLEMENTE  
Representante do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil  
LEONARDO CARREIRO ALBUQUERQUE  
Representante Suplente do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil  
JORGE FERNANDES DA CUNHA FILHO  
Representante do Governo do Estado do Rio de Janeiro

**DELIBERAÇÃO Nº 574/2018/CONSAD/CDRJ**  
**REUNIÃO CONSAD Nº 695ª, de 16/07/2018**  
**COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO**  
**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO (CDRJ), no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

**DELIBERA:**

Aprovar o encaminhamento do Relatório Anual da Administração, do Balanço e demais demonstrações contábeis, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, em conjunto com o parecer de auditoria externa, ao Conselho Fiscal desta companhia, ressaltando as ressalvas recorrentes em relatórios de auditoria externa referentes a balanços de exercícios anteriores apontadas no referido relatório. Este Conselho destaca ainda que existe plano de ação elaborado por esta companhia, ainda em caráter sigiloso, que enfrenta o ponto destacado quanto à incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional.

Rio de Janeiro, 16 de julho de 2018  
JÚLIO CÉSAR BARBOSA MELO  
Presidente Substituto do Conselho de Administração



**COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO**  
CNPJ/MF Nº 42.266.890/0001-28

**MINISTÉRIO DOS  
TRANSPORTES, PORTOS  
E AVIAÇÃO CIVIL**

**GOVERNO  
FEDERAL**

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**Aos Conselheiros e Diretores da  
COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO**  
Rio de Janeiro - RJ

**Opinião com ressalva**

Examinamos as demonstrações contábeis da **COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial financeira da **COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO** (“Companhia”), em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião com ressalva**

Em 31 de dezembro de 2017, a **COMPANHIA** possui saldo no ativo não circulante, mantém registrado a título de partes relacionadas o montante de R\$ 293.215 mil que refere-se a obras do PAC-Programa de Aceleração do Crescimento que não foram realizadas. A Administração devolveu aos cofres federais o montante de R\$ 293.215 mil, utilizado para integralizar o capital social em 2014 para custear tais obras, porém a **COMPANHIA** está no aguardo do envio da autorização para realizar a baixa. Devido a esses fatos, o ativo e patrimônio líquido da **COMPANHIA** estão superavaliados e subavaliados, respectivamente, em R\$ 293.215 mil.

A Administração não apresentou um estudo que atenda as orientações da NBC TG 01 – Redução ao valor recuperável de ativos e NBC TG 27 – Imobilizado, no que diz respeito à revisão do valor residual e da vida útil dos ativos, bem como teste de recuperabilidade. Conforme Item 9 da NBC TG 01 a entidade deve avaliar ao fim de cada exercício, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Em virtude da ausência dessas informações, não foi possível determinar a existência de eventuais ajustes e seus consequentes efeitos no ativo, e os seus correspondentes reflexos das demonstrações do resultado, nos fluxos de caixa e na mutação do patrimônio líquido do exercício.

A Companhia apresentou no imobilizado um montante de R\$ 207.395 mil referente a rubrica Instalações, do qual R\$ 113.778 mil refere-se ao valor transferido de Edificações e Benefícios para esta rubrica. Este valor é relativo ao contrato 41/88 celebrado em 10 de maio de 1988 entre CDRJ e o Consórcio Rodoférrea (COBRASIL) para ampliação e recuperação das instalações portuárias do Cais do Caju (Terminal de Contêineres do Porto do Rio de Janeiro), que até 2016 estava contabilizado em Imobilizado em andamento, ademais a Companhia possui registrado em Imobilizado em andamento o montante de R\$ 50.752 mil. Não conseguimos obter evidências suficientes capazes de demonstrar que os montantes em questão fluirão benefícios econômicos futuros, bem como não obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para concluirmos sobre a existência e adequação dos referidos valores.

A Companhia é patrocinadora, juntamente com outras empresas do sistema portuário nacional, de plano de suplementação de aposentadoria e outros benefícios de risco a funcionários, através dos PORTUS – Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência privada, fiscalizada pela Secretária de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social. No atual plano de benefício definido, a aposentadoria é calculada pela diferença de 80% do salário médio de participação dos últimos 12 meses indexados à variação do INPC até a data do início do benefício e o valor dos benefícios fornecidos pelo sistema oficial de previdência social. O salário de participação é limitado a três vezes o limite máximo do salário de contribuição da Previdência Oficial. A responsabilidade da patrocinadora CDRJ, incluindo o déficit atuarial conforme cálculo efetuado por empresa contratada pelos PORTUS, é de R\$ 954.493 mil (R\$ 1.094.502 mil em 2016). Faz-se necessário registrar que a diferença entre os valores apresentados pelo Portus e aqueles reconhecidos pela CDRJ continuam em controversia, motivo pelo qual a questão está judicializada. A Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, através da Portaria nº 459, de 22 de agosto de 2011, decretou intervenção na entidade. A CDRJ e o PORTUS – Instituto de Seguridade Social assinaram, no dia 1º de outubro de 2015, termo de confissão de dívidas, com indicação de forma de pagamento de contribuição patronal. O acordo foi consequência da criação, pela Presidência da República, de um grupo de trabalho com a finalidade de apurar a dívida das patrocinadoras com os Portus. A CDRJ reconheceu uma dívida de R\$ 174.596 mil, entretanto, por força do Acordo TCU nº 169/2005 – TCU – Plenário, excluiu o montante referente à contribuição dos assistidos, culminando no valor incontroverso de R\$ 149.732 mil. No decorrer de 2017, não houve repasse de valores incontestados ao Portus. Decorrente do assunto mencionado acima, as Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2017 da Companhia, encontram-se em desacordo com os critérios requeridos na NBC TG 33 (R1), que trata do reconhecimento dos Benefícios a Empregados.

A **COMPANHIA** assumiu contratos de *leasing* de equipamentos portuários transferidos da extinta Empresa de Portos do Brasil – PORTOBRAS, firmados junto à empresa *Manufactures Hannover e Unibanco Leasing S.A.*, que totalizam em 31 de dezembro de 2017 R\$ 614.857 mil (R\$ 579.797 em 31 de dezembro de 2016) contratos estes, que possuem ações judiciais, porém sem bloqueios judiciais, e tramitam na 3ª Vara da Justiça Federal. Os valores foram contratados em moeda estrangeira e permanecem registrados na contabilidade. Não obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para concluirmos sobre a existência e adequação dos referidos valores, de tal modo que ficamos impossibilitados de opinar sobre a exatidão de aludidos saldos e dos reflexos que eventuais ajustes decorrentes da aplicação plena dos procedimentos preconizados nas NBC TA’s, poderiam causar no passivo, patrimônio líquido e resultado do exercício.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião com ressalva.

**Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional**

A Companhia apresentou no exercício prejuízos acumulados de R\$ 3.445.964 mil, fato recorrente de outros exercícios, que resultou no passivo a descoberto, não nos foi apresentado um plano de ação por parte da Companhia capaz de modificar a situação financeira atual. Nossa opinião não contém modificação sobre esse assunto.

**Outros Assuntos**

**Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

A auditoria das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2016, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na nota explicativa 4, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, com a data, que emitiram o relatório de auditoria com opinião modificada, com data de 23 de fevereiro de 2017. Como parte da nossa auditoria de 31 de dezembro de 2017, revisamos os saldos iniciais do exercício de 2017 e também os ajustes descritos na nota explicativa 4 referente a reapresentação dos valores bloqueados do Portus para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, e não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que tais ajustes não foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de forma apropriada.

**Demonstração do valor adicionado**

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informações suplementar para fins de NBC TG 09, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis a Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento NBC TG 09 – Demonstrações do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

**Reemissão do relatório de auditorias sobre as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2017.**

Em 11 de abril de 2018, emitimos relatório de auditoria, com abstenção de opinião, sobre os assuntos mencionados no item “Base para Opinião com Ressalva”, referente as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Adicionalmente, o relatório com Abstenção, mencionava a Limitação de Escopo quanto a Revisão dos saldos Iniciais, Limitação de Escopo por ausência de respostas de confirmações de saldos com instituições financeiras. Limitação de Escopo por ausência de Relatório Jurídico atualizado sobre os depósitos judiciais.

Posteriormente à emissão do nosso relatório, realizamos procedimentos adicionais na Companhia, para efetuar a revisão dos saldos iniciais de 2017, bem como recebemos as respostas de confirmação de informações pendentes das instituições financeiras e do jurídico sobre as informações de depósitos judiciais, assim obtivemos evidências apropriadas e suficientes. Consequentemente, estamos reemitindo nesta data, o nosso relatório de auditoria, fazendo referência à revisão efetuada por nós sobre os saldos iniciais de 2017.

**Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e relatório do auditor**

A administração da **Companhia** é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração da **Companhia** é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotada no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessário para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **Companhia** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **Companhia**, ou não tenha nenhuma alternativa realista, para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança, da **Companhia** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraudes ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar nossos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de junho de 2018

MACIEL AUDITORES S/S  
2CRC RS 5.460/O-0 – T - SP  
ROGER MACIEL DE OLIVEIRA  
1CRC RS – 71.505/O-3 – T - SP  
Sócio Responsável Técnico  
LUCIANO GOMES DOS SANTOS  
CRC 1RS – 59.628/O-2  
Sócio Responsável Técnico



MINISTÉRIO DA  
SAÚDE

**GOVERNO  
FEDERAL**

**AVISO DE LICITAÇÃO REGISTRO DE PREÇOS**  
**Pregão Eletrônico SRP nº 22/2018-ENSP**

**Objeto:** Aquisição de Materiais Biológicos.

**Data da Licitação:** 22/08/2018 – Horário: 09:30 horas.

O edital **poderá ser consultado e retirado no sítio: [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).**  
Esclarecimentos: Tel.: 21 2598-2943/2707/2416 ou E-mail: [licitacao@ensp.fiocruz.br](mailto:licitacao@ensp.fiocruz.br).

Elza Ribeiro Mendonça  
Pregoeira  
Portaria GD-ENSP 037/2018



MINISTÉRIO DA  
SAÚDE

**GOVERNO  
FEDERAL**

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**Pregão Eletrônico SRP nº 17/2018- ENSP**

**Objeto:** Registro de Preços objetivando a aquisição de produtos químicos, conforme descrição, condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas em Edital e seus Anexos, durante o período de 12(doze) meses.

**Data da Licitação:** 22/08/2018 – Horário: 09:30 horas.

O edital **poderá ser consultado e retirado no sítio: [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).**  
Esclarecimentos: Tel.: (21) 2598-2545/2788 ou E-mail: [licitacao@ensp.fiocruz.br](mailto:licitacao@ensp.fiocruz.br)

Elza Ribeiro Mendonça  
Pregoeira

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO  
CLEMENTINO FRAGA FILHO

MINISTÉRIO DA  
EDUCAÇÃO

**GOVERNO  
FEDERAL**

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**Pregão Eletrônico – SRP nº 72/2018**

**Objeto: Produto para atender o Serviço de Ginecologia – Aparelho Ultrassonografia e de produto para atender o Serviço de Oftalmologia – Equipamento Microscópio Cirúrgico.** Edital disponível a partir de 10/08/2018, no COMPRASNET ou junto ao HUCFF/SLC/Pregão, trazendo um CD. Esclarecimentos através do tel. (21) 3938-2207 ou, no que couber, no Serviço de Ginecologia e Serviço de Oftalmologia: Rua Prof. Rodolpho Paulo Rocco, 255 - Ilha do Fundão - Rio de Janeiro/RJ.  
**Abertura da sessão pública: 22/08/2018 às 10:00 horas.**

Maria Lucia Costa de Almeida  
Pregoeira

MARINHA DO BRASIL  
CENTRO DE OBTENÇÃO DA  
MARINHA DO RIO DE JANEIRO  
(COMRJ)

MINISTÉRIO DA  
DEFESA

**GOVERNO  
FEDERAL**

**AVISO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 64/2018**

**OBJETO: AQUISIÇÃO DE VIATURAS.**

**EDITAL:** Disponível das 09:00hs às 11:00hs e das 14:00hs às 16:00hs, nos dias úteis, no **COMRJ**.

a) Recebimento das propostas de preços até às 10:00 horas do dia 23/08/2018, exclusivamente por meio eletrônico, conforme formulário disponibilizado no endereço [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).  
b) Sessão pública na Internet para recebimento dos lances: aberta às 10:00 horas do dia 23/08/2018, no mesmo endereço [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).

**End. Av. Brasil 10.500/Olaria/ Rio de Janeiro, RJ - Tel. (21) 2101-0811 ou Fax (21) 2101-0847**

**Acesso ao Edital no site-www.comrj.mar.mil.br**

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO  
CLEMENTINO FRAGA FILHO

MINISTÉRIO DA  
EDUCAÇÃO

**GOVERNO  
FEDERAL**

**AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO**

**Pregão Eletrônico nº. 35/2018**

A Coordenação-Geral de Material e Patrimônio do Ministério da Saúde toma público aos interessados a abertura da licitação na modalidade de Pregão Eletrônico nº 35/2018, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de serviço continuado de Agenciamento de Viagens, sem fornecimento de mão de obra exclusiva, para emissões de voos domésticos, destinados ao atendimento às necessidades de deslocamento de servidores, convidados, médicos participantes do Programa Mais Médicos e seus dependentes, autoridades e colaboradores eventuais no desempenho das atividades institucionais do Ministério da Saúde, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. **ABERTURA DA SESSÃO:** 23/08/2018, às 10h:00min (horário de Brasília) no endereço eletrônico [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), onde também poderá ser retirado o edital.

Alexandre Lages Cavalcante  
Coordenador-Geral de Material e Patrimônio

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO  
CLEMENTINO FRAGA FILHO

MINISTÉRIO DA  
EDUCAÇÃO

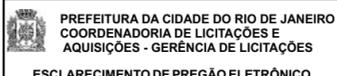
**GOVERNO  
FEDERAL**

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**Pregão Eletrônico – SRP nº 81/2018**

**Objeto: Aquisição de produtos para saúde para atender o Serviço de Traumatismo Ortopedia hastes intramedulares, parafusos e placas de mini-microfragmentos e grandes fragmentos, fixadores externos, âncoras, fios de cerclagem, lâminas de shaver, artroscopia de ombro, reconstrução ligamentar do joelho patelar (endobotton e transfix), osteotomia do joelho, cerâmica e grampo ortopédico, agulha de biópsia, artroplastia total de ombro, cotovelo, mão, joelho e quadril + artroscopia e outros.** Edital: disponível a partir de 10/08/2018 no COMPRASNET. Esclarecimentos e impugnação através do e-mail [Pregão@HUCFF.UFRJ.BR](mailto:Pregão@HUCFF.UFRJ.BR). Tel (21) 3938-6297 ou, no que couber, no Serviço de Ortopedia. Endereço: Rua Prof. Rodolpho Paulo Rocco, 255 - Ilha do Fundão - Rio de Janeiro/RJ. Data/Hora da Abertura: 23/08/18 às 10:00 horas site [www.Compras Governamentais.com.br](http://www.Compras Governamentais.com.br).

NELSON GERMANO PERUCHETTI  
Pregoeiro



MINISTÉRIO DA  
SAÚDE

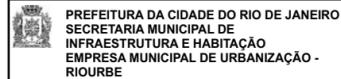
**GOVERNO  
FEDERAL**

**ESCLARECIMENTO DE PREGÃO ELETRÔNICO**

1) PE nº 331/18 - dia 09/08/18, às 11h  
**Objeto:** Registro de Preços para Aquisição de Medicamentos da Atenção Básica, pertencentes à classe 6505.  
Estimativa: R\$ 130.412.230,25 Proc.: 09/001.097/18

**REMARCAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO**  
1) PE nº 297/18 - dia 22/08/18, às 11h  
**Objeto:** Registro de preços para aquisição de medicamento, destinado a atendimento de demandas judiciais, pertencentes à classe 6505.  
Estimativa: R\$ 73.316,60 Proc.: 09/001.834/14

**SUSPENSÃO SINE DIE DE PREGÃO ELETRÔNICO**  
1) PE nº 336/18 - Proc.: 09/004.679/15 - em substituição ao PE nº 037/2016, conforme autorização de cancelamento publicada em Diário Oficial nº 88, de 26/07/2018, para atualização da numeração.  
**Objeto:** Contratação de Empresa especializada para prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva das instalações prediais, instalações elétricas (inclui “Elétrica Estabilizada” bem como os Quadros e Painéis Elétricos de MT/BT e Quadros de Controle e circuitos de comando), instalações hidrossanitárias (água limpa, esgoto, águas pluviais e águas servidas), bombas, sistema de refrigeração e equipamentos de ar condicionado, grupo gerador de energia elétrica (incluindo a manutenção dos reservatórios e dutos de combustível, baterias e atenuadores de ruído, portas e revestimentos acústicos) e subestações, geradores de vapor e água (caldeiras e boilers) e sua respectiva rede de distribuição, câmaras mortuárias e de refrigeração, rede de distribuição de gases, instalações de telefonia e lógica, instalações de prevenção e combate a incêndio e sistema de proteção contra descargas atmosféricas e aterramento incluindo também materiais de reposição (materiais, peças e equipamentos) da Secretaria Municipal de Saúde, devidamente descritos, caracterizados e especificados neste Edital e no Termo de Referência, na forma da lei.  
Estimativa: R\$ 149.011.701,90  
Ver D.O. Rio nº 98, de 09/08/18, fl. 57.



MINISTÉRIO DA  
SAÚDE

**GOVERNO  
FEDERAL**

**AVISO DE LICITAÇÃO**

TPN.º: 035/2018 DATA: 27/08/2018 às 14:30h.  
**OBJETO:** Obras de Recuperação das instalações elétricas, visando a climatização do CIEP Lamartine Babo, CIEP Anita Malfatti, CIEP Armindo Marçilio de Andrade e CIEP Nelson Mandela.

TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço.  
VALOR ESTIMADO: R\$ 890.655,53 (oitocentos e noventa mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e três centavos).

TPN.º: 036/2018 DATA: 27/08/2018 às 15:30h.  
**OBJETO:** Obras e Serviços de climatização das E.M. Jaime Costa e E.M. Gilberto Amado.

TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço.  
VALOR ESTIMADO: R\$ 866.620,66 (oitocentos e sessenta e seis mil, seiscentos e vinte reais e sessenta e seis centavos).

TPN.º: 037/2018 DATA: 28/08/2018 às 11h.  
**OBJETO:** Obras de Recuperação dos muros das Unidades escolares: E.M. Clementino Fraga, E.M. Edison Carneiro e E.M. Henrique da Silva Fontes.

TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço.  
VALOR ESTIMADO: R\$ 1.338.214,84 (hum milhão, trezentos e trinta e oito mil, duzentos e quatorze reais e oitenta e quatro centavos).

TPN.º: 038/2018 DATA: 28/08/2018 às 14:30h.  
**OBJETO:** Obras de recuperação das instalações elétricas, visando à climatização do CIEP Mestre André, EDI Frei Orlando, C. M. Silveirinha, E.M. Roberto Simonsen e CIEP Gilberto Freire.

TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço.  
VALOR ESTIMADO: R\$ 886.081,21 (oitocentos e oitenta e seis mil, oitenta e um reais e vinte e um centavos).

TPN.º: 039/2018 DATA: 28/08/2018 às 15:30h.  
**OBJETO:** Obras de recuperação das instalações elétricas, visando à climatização do EDI Norbertina de Souza Gouvêa, CIEP Almir Cabral, CIEP Aracy de Almeida, C. M. mulheres do Quarf, E.M. Rainha Fabiola e CIEP Evaristo de Moraes.

TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço.  
VALOR ESTIMADO: R\$ 967.675,22 (novecentos e sessenta e sete mil, seiscentos e setenta e cinco reais e vinte e dois centavos).

TPN.º: 040/2018 DATA: 29/08/2018 às 14:30h.  
**OBJETO:** Obras e serviços de climatização das E.M. Roraima e CIEP Dom Oscar Romero e E.M. José Pedro Varela.

TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço.  
VALOR ESTIMADO: R\$ 1.180.530,36 (um milhão, cento e oitenta mil, quinhentos e trinta reais e seis centavos).

TPN.º: 041/2018 DATA: 29/08/2018 às 15:30h.  
**OBJETO:** Obras e serviços climatização das E.M. Irineu Marinho, E.M. Lucio de Mendonça, E.M. Belgica, E.M. Polônia, E.M. Coronel Corsino do Amarante.

TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço.  
VALOR ESTIMADO: R\$ 1.144.762,63 (hum milhão, cento e quarenta e quatro mil, setecentos e sessenta e dois reais e sessenta e três centavos)

\*  
VIDE D.O RIO 08/08/2018

**CLASSIMAIS LIGUE 2532-5000**

**CLASSIMAIS LIGUE 2532-5000**